
A lixeira baixo-imperial da *uilla* da Quinta das Longas (Elvas): análise arqueozoológica e significado económico-social¹

JOÃO LUÍS CARDOSO²
CLEIA DETRY³

R E S U M O

Apresenta-se o estudo arqueozoológico da fauna recolhida (mamíferos, aves e moluscos) na lixeira baixo-imperial da *uilla* da Quinta das Longas (Elvas). Trata-se de um conjunto com controlo estratigráfico bem conhecido: o nível correspondente à lixeira (U.E. 26), encontrava-se selado pelo derrube de uma estrutura pré-existente para o exterior (U.E. 52), permitindo a conservação da acumulação doméstica, efectuada em curto espaço de tempo, em meados ou na segunda metade do século IV a.C. O estudo da fauna mamalógica evidenciou, em termos de carne consumida, o interesse preponderante do porco doméstico, logo seguido pelo boi doméstico e, em terceiro lugar, pelo veado, a que se junta o javali. É interessante verificar que a contribuição da fauna caçada é relevante, denotando uma exploração intensa do correspondente biótopo. No concernente à avifauna, é o galo doméstico a espécie mais abundante, logo seguida pela perdiz-vermelha, reforçando, assim, a importância da componente cinegética na alimentação. Importa referir que, aparentemente, se reconheceram quatro espécies que actualmente não frequentam usualmente o nosso território: cf. *Francolinus francolinus*; cf. *Lagopus lagopus*; cf. *Tetrao tetrix*; e cf. *Perdix perdix*. Enfim, a fauna de moluscos é claramente dominada pela ostra, *Ostrea edulis*, ilustrando a preferência que os romanos das classes altas davam a esta espécie como componente requintada da sua alimentação. Com efeito, não seria acessível a todos os romanos, residentes em domínios tão interiores como o correspondente à *uilla* da Quinta das Longas, a importação do litoral deste molusco, reforçando o alto estatuto social dos seus proprietários. A análise petrográfica das rochas incrustadas em algumas das conchas (quartzo, grauvaque, xistos luzentes), típicas do Maciço Antigo, permite afastar a possibilidade de o abastecimento provir — como seria mais lógico — do estuário do Tejo ou do estuário do Sado (posta de parte a hipótese de tais rochas resultarem da descarga de lastros de navios à vela, como se verificou muito mais tarde). A alternativa possível, é o estuário do Guadiana, apesar de a distância a percorrer e as dificuldades do trajecto serem maiores. Tal realidade salienta, por um lado, a rapidez das deslocações no período baixo-imperial e, por outro, a existência de técnicas de conservação de produtos frescos e facilmente degradáveis.

A B S T R A C T

In this study, we present the arqueozoological materials (mammals, birds, molluscs) found in a garbage deposit of Quinta das Longas villa (Elvas), dating from the Late Roman Empire. It is a group of materials inserted in a clear stratigraphic context. The layer where the remains were found (UE26) was sealed by the fall of a formerly existing structure crashing towards the exterior (UE52) and promoting the conservation of the studied domestic remains, accumulated during a short period of time, around the middle or the second half of the IVth century BC. The study of the mammalian fauna showed a dominant interest for domestic porc, then ox and finally deer and wild porc. It is worthwhile noticing that there is a dietary supplement from game that must be related with the exploitation of the surrounding natural biotopes. Related to avifauna, the domestic chicken are the most consumed, followed by the red partridge, again indicating a game component for feeding use. Four species do not presently use Portuguese territory on a frequent basis: cf. *Francolinus francolinus*; cf. *Lagopus lagopus*; cf. *Tetrao tetrix*; and cf. *Perdix perdix*. The mollusc fauna is clearly dominated by oyster *Ostrea edulis*, illustrating the roman dominant classes's preference for this species as an exquisite component of their culinary. In fact, this item would not be of cheap acquisition, for the inhabitants living in sites as far from the sea as *villa* of Quinta das Longas, which was really owned by a high rank Roman family. The rocks incrustated in some shells (quartz, greywacke, schists), typical of the Hercinic Basement indicate that the shells did not originate in the estuaries of Tejo or Sado, but rather from the estuary of river Guadiana, in spite of a greater distance and difficulty of transport. Such conclusion illustrates how swift travels could be in the Later Roman Empire and the existence of food conservation techniques for such fresh biodegradable products.

1. Introdução

O interesse arqueológico da Quinta das Longas (Elvas) foi assinalado pela primeira vez por António Thomaz Pires (1901) que publicou uma nota sobre a descoberta de materiais romanos, recolhidos em parte eventualmente por si e garantidamente por Victorino d'Almada (1883). Este último autor refere, em nota manuscrita que se conserva no fundo antigo da Biblioteca Municipal de Elvas, que foi em 1881, devido a uma surribo no terreno, que identificou alguns materiais arqueológicos, transportando-os na ocasião para o Museu-Biblioteca. Alguns outros, publicados em 1901, mas não referidos nessa nota, terão sido, muito provavelmente, recolhidos por Pires após a notícia local da descoberta. O sítio, como tantos outros, não mais mereceu a atenção dos arqueólogos, apesar de ter sido várias vezes referido na bibliografia da especialidade, a propósito da descoberta de fragmento de mosaico romano.

No Inverno de 1989, na sequência dos trabalhos de reconstrução de um muro derruído devido a cheia da Ribeira de Chaves, a proprietária da Quinta identificou um pavimento de mosaico romano *in situ* e abundantes materiais arqueológicos. Este facto permitiu não só realocar a estação, como atribuir-lhe a tipologia de *villa* romana (Carvalho, 1992).

Os trabalhos arqueológicos sistemáticos, iniciados em 1990 e prosseguidos até à actualidade, envolveram a realização de programa de prospecções até então inédito em Portugal (Carvalho, 1994), ao abrigo de sucessivos projectos científicos, que envolveram igualmente a escavação, a conservação e o restauro das estruturas e dos pavimentos musivos postos a descoberto, conduzindo a importantes informações para a caracterização do mundo rural no Portugal romano.



Fig. 1 *Villa* romana da Quinta das Longas (Elvas). *Pars urbana* baixo-imperial (2003). O compartimento 14 corresponde à lixeira (Almeida e Carvalho, 2005, Fig. 11).

Sobre o sítio e as suas distintas ocupações na Pré-História e na época romana têm sido publicados vários estudos aos quais se junta o presente trabalho, que constitui um contributo para a caracterização da ocupação romana baixo-imperial da *villa* da Quinta das Longas, do ponto de vista paleo-económico, bem como no que respeita à exploração dos recursos do território envolvente.

2. Enquadramento arquitectónico e estratigrafia

No sítio arqueológico da Quinta das Longas foram identificados dois momentos distintos de ocupação na época romana: a VILLA I, construída durante a primeira metade do século I d.C., foi alvo de uma completa reestruturação arquitectónica em data ainda pouco definida. Após um hiato na ocupação e, muito provavelmente, no final do século III, ou mesmo já no início do século IV, foi construída a VILLA II, que perdurou até ao final do século IV ou início do século V d.C., tendo sido possível nesta fase, tal como na primeira, registar vários momentos de remodelação do conjunto arquitectónico e dos respectivos espaços. O conjunto das estruturas visíveis no local corresponde a este segundo momento de ocupação. Trata-se de uma *villa* de planta organizada em torno de um peristilo, utilizando cânones arquitectónicos típicos dessa época, como seja o recurso, repetidamente, à inclusão de absides nos espaços mais nobres. Refira-se ainda a existência de um grande espelho de água (Fig. 1, n.º 7) e de um ninfeu (Fig. 1, n.º 23), ambos com pavimentos em *opus sectile*, interligados por um pórtico, que limitam a *pars urbana* da *villa* a norte, junto à Ribeira de Chaves (Carvalho e Almeida, 1999-2000, 2003; Carvalho, Almeida e Nogales Basarrate, no prelo).

No espaço existente entre os compartimentos 1 e 7 foi constituída uma lixeira que decerto se relaciona com o quotidiano da *pars urbana* da VILLA II directamente sobre os restos de um compartimento remanescente da VILLA I (Fig. 1, n.º 14), que corresponde a uma fase ainda mal conhecida, e que ali se instalou em meados do século I sobre um paleossolo U.E. [117] (10YR 5/4) que, por sua vez, escondia vestígios do nível do Neolítico e do Calcolítico: U.E. [132] (Gonçalves, Carvalho e Pombal, 2003; Almeida e Carvalho, 2005, Figs. 12, 13).

A sequência estratigráfica neste local específico é a seguinte: logo abaixo da fraca camada humosa U.E. [1] foi detectado um espesso estrato que correspondia ao derrube das paredes e telhados do compartimento 1 – sala de tripla abside – para o seu exterior U.E. [26] (10YR5/3). Este derrube escondia a lixeira baixo-imperial U.E. [52] (húmida: 7,5YR 4/4; seca: 10YR 6/4) que se acumulou durante esta segunda fase da ocupação romana, muito provavelmente, em meados ou na segunda metade do século IV d.C.

3. Análise arqueozoológica

3.1. Critérios de determinação. Aspectos metodológicos

Na determinação das espécies de vertebrados (e, em particular, dos mamíferos), presentes em dado contexto arqueológico importa, antes de mais, ter presente a realidade cultural, económica e social correspondente. Exemplificando: se, em um contexto mesolítico, todos os restos de grandes bovídeos se devem atribuir a *Bos primigenius*, dada a ausência de animais domésticos, inversamente num contexto tardo-romano, como é o caso em apreço, em princípio, todos os restos pertencentes àquele grupo se devem reportar à espécie doméstica: com efeito, os dados disponíveis indicam que, então, aquela espécie já se encontraria extinta no território hoje português.

Existem situações em que, porém, tal destrição é mais difícil, por ter sido provável a coexistência de espécies selvagens e domésticas, anatomicamente próximas: é o caso, frequentemente observado, da problemática diferenciação entre porco doméstico e javali, pese embora a existência de elementos característicos deste último, suficientes para demonstrar a sua presença a qual, porém, não invalida a da correspondente forma doméstica.

Noutras situações, a incerteza pode ultrapassar-se de forma aceitável: com efeito, ainda que morfológicamente próximos, o tamanho e a robustez dos ossos longos, muito superior na cabramontês permitem diferenciar esta (*Capra pyrenaica*) da sua equivalente doméstica (*Capra hircus*), ou da ovelha (*Ovis aries*), não se justificando certas reservas que alguns têm colocado recentemente à aplicabilidade deste critério.

No entanto, convém não ignorar que, mesmo entre espécies selvagens afins, podem existir dificuldades: entre os cervídeos, a anatomia do esqueleto do veado (*Cervus elaphus*) é próxima da do gamo (*Dama dama*), apesar de pertencerem a géneros distintos; o menor tamanho dos segmentos anatómicos do gamo pode ser utilizado, a par de relações biométricas, já desenvolvidas em trabalho anterior (Cardoso, 1989), à falta de porções de armações — os únicos elementos facilmente identificáveis — como critério da pretendida separação. A tradicional abundância do veado, em contextos domésticos, desde o Paleolítico, pode ter obscurecido a presença do gamo, contribuindo, deste modo, para aumentar artificialmente a sua já real escassez.

Foram essas e outras precauções que presidiram à classificação dos restos de grandes mamíferos provenientes das U.E. [26] e [52] da lixeira baixo-imperial da *villa* romana da Quinta das Longas —,admitindo-se que os escassos elementos recolhidos na U.E. [26] correspondam a misturas com o nível subjacente, o da formação da própria lixeira (U.E. [52])

3.2. Grandes mamíferos

3.2.1 - Distribuição por espécies

No conjunto dos restos ósseos de grandes mamíferos, identificaram-se 424 elementos, assim distribuídos, por espécies com interesse alimentar:

- Bos taurus* – 28 ex. (6,6%)
- Ovis aries*/*Capra hircus* – 127 ex. (30,0%)
- Sus* sp. – 122 ex. (28,8%)
- Cervus elaphus*/*Dama dama* – 39 ex. (9,2%)
- Lepus* sp./*Oryctolagus cuniculus* – 108 ex. (25,5%)

Não directamente relacionados com a alimentação, reconheceram-se 2 ex. de cão (*Canis familiaris*) e 1 ex. de gato (*Felis catus*). A presença da primeira das espécies pode estar sub-representada, dada a frequente existência de roidelas nas extremidades articulares de diversos ossos longos, que pressupõe um número maior de efectivos.

Os quantitativos indicados correspondem, pois, ao número total de restos determinados por espécie (NRD). A partir deles, procurou-se calcular a importância relativa que cada uma das espécies detinha efectivamente na alimentação, em termos de quantidade de carne (ou de calorias) consumida. Para isso, houve, antes de mais, que calcular o peso *in vivo* de cada um dos grupos identi-

ficados. Os resultados obtidos apresentam-se de seguida, partindo do princípio — que constitui uma evidente simplificação, ainda que atingindo todas as espécies — de que todos os animais consumidos tinham atingido já o seu peso óptimo para abate.

Bovinos de raça não melhorada, como a mertolenga (Antunes, 1991):

- macho – 250/260 kg
- fêmea – 200/220 kg

O peso médio é de 232,5 kg por indivíduo, aceitando-se existir uma percentagem idêntica de machos e fêmeas, talvez deslocada a favor das segundas, dado produzirem leite, enquanto os machos apenas serviriam para reprodutores, além de animais de tracção (tal como as fêmeas).

Ovinos

- macho – 35 kg
- fêmea – 28 kg

Caprinos

- macho – 27/28 kg
- fêmea – 22/23 kg

Tendo-se considerado indistintamente ovinos e caprinos, o peso médio correspondente a cada um dos indivíduos seria cerca de 28 kg, partindo do pressuposto que ovelhas e cabras se encontrariam representadas nos rebanhos por efectivos idênticos; outro pressuposto admitido, foi o de machos e fêmeas estarem representados em proporções similares, o que obviamente não seria natural, dado o maior interesse das ovelhas e das cabras, como produtores de leite, tal como acontecia com as vacas, face aos machos.

Suínos (porco e javali)

Admite-se que o peso médio de um porco doméstico de montado, como seriam os criados na *pars rustica* da *uilla* da Quinta das Longas, não ultrapassasse 80 kg e que o peso dos javalis rondasse os 80 kg (fêmeas) e 100 kg (machos). Assim para a forma doméstica é de considerar um peso médio de 70 kg e, para a forma selvagem, um valor médio de 90 kg.

Cervídeos

Estão presentes o veado e o gamo. O peso do primeiro varia com diversas condicionantes, a começar pela natureza dos biótopos, incluindo a temperatura, variável que é extensiva a outras espécies, como o javali, segundo a Lei de Bergman.

Com efeito, os exemplares da Europa Oriental destas duas espécies, atingem pesos que se não encontram nos morfotipos peninsulares e, entre estes, o tamanho varia, naturalmente, com as condições mais ou menos favoráveis do meio envolvente, incluindo a pressão antrópica.

No nosso território, o peso dos veados machos varia entre 180/200 kg, sendo o das fêmeas muito inferior, em torno de 85 kg. Quanto ao gamo, o peso médio dos machos é de cerca de 70 kg, sendo o das fêmeas de apenas 40 kg.

Lagomorfos

Representados pela lebre e pelo coelho. A primeira pesa, em média, cerca de 3 kg, enquanto o coelho não ultrapassa metade desse valor, partindo do princípio que se trata de coelho-bravo.

Com base nos valores assim obtidos, procurou-se determinar um coeficiente de ponderação relativo aos grupos considerados; os valores encontrados exprimem, pois, a importância relativa de cada um daqueles grupos, no âmbito da quantidade de carne consumida pela população em apreço:

Boi doméstico – 0,380
Ovinos/Caprinos – 0,045
Porco – 0,113
Javali – 0,145
Gamo – 0,090
Veado – 0,222
Lebre – 0,005
Coelho – 0,002

A estimativa real do contributo das diversas espécies de mamíferos identificadas na alimentação pode ser, agora, facilmente determinada, multiplicando o número de restos determinados (NRD) pelo coeficiente correspondente a cada uma delas, expressando-se percentualmente cada valor assim obtido. Os resultados foram os seguintes:

Boi doméstico – 27,85%
Ovinos e Caprinos – 14,93%
Porco – 31,84%
Javali – 4,18%
Gamo – 1,41 %
Veado – 19,13%
Lebre – 0,26%
Coelho – 0,44%.

Como atrás se sublinhou, estes resultados pressupõem a simplificação de procedimentos, designadamente na determinação de algumas variáveis de difícil quantificação; às limitações apontadas, outras há ainda a considerar, como seja o diferente número de ossos das espécies presentes, situação que, sobretudo, se verifica nos metápodos: apenas um funcional nos cervídeos, bovinos e ovinos/caprinos, mas cinco no caso dos suídeos, o que sem dúvida limita a utilização do NRD.

Na verdade, esta via de quantificar a contribuição efectiva de cada espécie na alimentação parece deter vantagens sobre outras, entre as quais a que valoriza o cálculo do Número Mínimo de Indivíduos (NMI) pertencentes a cada espécie, procedimento que só se revela eficaz quando o número de peças é elevado, o que não é o caso; outra alternativa valoriza a pesagem, partindo do princípio que existe proporcionalidade entre o peso do animal vivo e o do respectivo esqueleto (Uerpmann, 1971). Porém, tendo a vantagem de ser de aplicação muito simples, este método enferma algumas das limitações dos anteriores: só tem significado com amostragem abundante.

Seja como for, verifica-se que o porco doméstico constituía a principal fonte proteica na alimentação dos habitantes da *uilla*, na época da formação da lixeira. Logo a seguir surge o boi doméstico e, em terceiro lugar, o veado. Os ovinos/caprinos ocupam apenas o quarto lugar.

Em conclusão, verifica-se que cerca de 60% da alimentação era assegurada por porcos e bois, mas a caça do veado/gamo e do javali detinha um papel significativo, correspondendo-lhe cerca de um quarto da carne consumida.

Estes resultados merecem comentário. Infelizmente, são por ora muito escassas as estações romanas do território português objecto de estudos arqueozoológicos; nas adiante mencionadas, as considerações sobre a maior ou menor abundância de cada espécie baseiam-se no número de restos determinados (NRD) pertencentes a cada uma delas:

Conímbriga: desta importante cidade romana da Lusitânia, publicaram-se materiais das escavações dirigidas por Vergílio Correia, reunidos em três lotes distintos (Cardoso, 1995): “Bico da muralha”; “Locais diversos”; e “Casa dos Repuxos”. É provável que uma parte dos restos faunísticos oriundos do “Bico da muralha” pertença à Idade do Ferro, uma vez que tal ocupação foi ali identificada no decurso das referidas escavações. Seja como for, os resultados obtidos mostram, em qualquer dos *loci* considerados, a predominância do porco sobre todas as outras espécies; em segundo lugar, ocorre o grupo constituído pela ovelha/cabra e, em terceiro lugar, o veado, só suplantado pelo boi doméstico na “Casa dos Repuxos”, o que facilmente se compreende dado o carácter urbano daquela *uilla*, implantada bem no interior da malha urbana da cidade.

Rabaçal (Penela): desta *uilla* do distrito de Coimbra conhece-se apenas, no que às faunas diz respeito, uma simples enumeração das espécies (Pessoa, 2004). Assim, foi reconhecido o porco doméstico, o javali, o veado, o coelho, a cabra doméstica, a ovelha, o boi doméstico e o cavalo. Sem interesse alimentar, mas com interesse pela pele, encontra-se o lince ibérico, capturado nas imediações da *uilla*. Desta forma, o espectro faunístico, do ponto de vista estritamente qualitativo, é idêntico ao dos sítios romanos com faunas estudadas. No que respeita à fauna malacológica, a distribuição por espécies afigura-se, também, próxima da conhecida noutras estações: assim, identificou-se a ostra, o berbigão, a amêijoia, a lapa e a púrpura. É pena que estas determinações não tenham sido acompanhadas do respectivo estudo arqueozoológico, indispensável à análise comparativa com outras estações da mesma época.

Areia (Cascais): nas escavações efectuadas nesta *uilla* romana, em 1971, sob a direcção de O. da Veiga Ferreira, foi identificada e explorada uma lixeira, com restos de mamíferos e de abundante fauna malacológica. Segundo determinações do próprio, não quantificadas, foi identificada a presença de boi doméstico, veado, porco doméstico, cabra e ovelha e, ainda, de coelho. No que concerne à fauna malacológica, o destaque vai para a abundante representação de púrpura (o que configuraria a indústria local da tinturaria, a ser realizada em pequenos tanques, com ressalto para cobertura, revestidos a *opus signinum*). A restante fauna malacológica é constituída por espécies existentes no litoral atlântico adjacente e que certamente constituíam complemento alimentar dos romanos que ali habitaram: buzinas, lapas, mexilhões, vieiras. No grupo dos crustáceos, estão presentes os percebes.

Ilha do Pessegueiro (Sines): deste porto romano da costa alentejana, provém conjunto faunístico já estudado (Cardoso, 1993). Trata-se de um contexto com a particularidade de corresponder a um estabelecimento de índole sazonal, implantado em ilhota costeira; deste modo, os animais consumidos teriam de ser transportados para a ilha, certamente já esquarterados. O carácter pouco estável daquela implantação romana revela-se pelo espectro faunís-

tico identificado: domina largamente o veado, cujo número de restos iguala o de coelho (28,7%). Nas espécies domésticas, a quase totalidade é de ovinos/caprinos, com 33,0%. Esta situação explica-se por se tratar de ocupação destinada a apoiar a navegação oceânica, não justificando a presença de estruturas permanentes, na área defronte à ilha, destinadas à criação de gado, pelos meses em que a circulação de navios era baixa ou mesmo nula. Trata-se, pois, de uma caça oportunista, ditada pela necessidade de abastecer com carne fresca as tripulações que, em determinada época do ano, faziam escala na ilha.

Quinta do Marim (Olhão): trata-se de uma *villa* romana perto do litoral algarvio (Olhão), a qual integra termas, templo, necrópole e, junto à antiga linha de costa, uma estrutura fabril destinada à produção de preparados piscícolas. É desta última área que provém conjunto faunístico, cujo estudo (Antunes e Mourer-Chauviré, 1992), revelou a larga predominância de ovinos/caprinos; as restantes espécies de mamíferos consumidas são exclusivamente domésticas, indicando que, na referida *villa*, a caça detinha reduzida ou nula importância na alimentação.

Torre de Palma (Monforte): o espólio faunístico recolhido nesta notável *villa* do Alto Alentejo foi objecto de estudo recente (MacKinnon, 1999/2000). Como seria de esperar, dada ser idêntica a natureza do território envolvente face ao caso em apreço (regime de latifúndio) e, portanto, das características económicas das actividades quotidianas ali desenvolvidas pelos respectivos habitantes, o registo faunístico, dos conhecidos, é aquele que apresenta maiores analogias com o agora estudado. Com efeito, os materiais também provêm de uma lixeira datada dos séculos IV-V d.C. No conjunto, são as seguintes as analogias mais interessantes que se evidenciam com o presente espectro faunístico:

Espécies domésticas versus selvagens: Na Quinta das Longas, 62,8% dos restos pertencem a animais domésticos, valor que é próximo do encontrado em Torre de Palma, cerca de 70%.

Composição da fauna doméstica: ovinos e caprinos constituem o conjunto mais numeroso em ambos os sítios, com quantitativos análogos: 30,0% no caso em estudo, 26,6% em Torre de Palma; sucede-se o porco doméstico, respectivamente com 26,6% e 25,0%; a terceira espécie mais importante, em número de restos identificados, é o boi, com 6,6% e 14,0%. Verifica-se, deste modo, que, globalmente, são idênticos os quantitativos, coincidindo também a sequência das três espécies domésticas mais abundantes.

A importância que os Romanos atribuíam, do ponto de vista gastronómico, a estas espécies, foi já adequadamente salientado por um de nós, com recurso às fontes clássicas (Cardoso, 1995), razão pela qual não se voltará a referir o que então ficou registado.

Composição da fauna selvagem: a sequência das espécies selvagens, por ordem decrescente de abundância, ao contrário do verificado anteriormente, não é idêntica nos dois sítios. Assim, o veado/gamo que é o grupo mais abundante em Torre de Palma (17,2%), ocorre em segundo lugar na Quinta das Longas (9,2%); o grupo dos leporídeos, que é dominante na Quinta das Longas (25,5%), atinge apenas em Torre de Palma 9,8%; percentagem ainda menor se registou, nesta *villa*, do javali (0,6%), mais abundante na Quinta das Longas (2,6%). No entanto, as diferenças parecem ser mais aparentes do que reais, devendo-se apenas à maior abundância do grupo dos lagomorfos, na Quinta das Longas.

Das considerações anteriores, pode concluir-se que a economia alimentar da Quinta das Longas se encontrava baseada na criação de mamíferos e detinha um papel essencialmente local: nenhuma das espécies domésticas revela quantitativos dominantes, susceptíveis de suportar a hipótese de sobreexploração. Os animais — fossem porcos, ovelhas, cabras ou bovinos — eram apascentados na *pars rustica* da *uilla* e destinavam-se, deste modo, ao consumo doméstico dos seus habitantes.

Por outro lado, é interessante verificar uma tão grande importância da fauna caçada; a insistente presença desta em Torre de Palma contrasta com a de outros sítios tardo-romanos da Península Itálica, mas, em contrapartida, tem equivalente em estações romanas peninsulares e, em particular, em duas das poucas que foram estudadas no território português: é o caso de Miróbriga (Santiago do Cacém), onde a fauna selvagem atinge 19,4% e da ilha do Pessegueiro, atrás referido, a que se somam quatro sítios da Estremadura espanhola, que no conjunto atingem percentagem idêntica: 45,9% (MacKinnon, 1999/2000). Porém, se, no caso da ilha do Pessegueiro, tão elevada percentagem tem certamente razões de ordem prática, como atrás se disse, já no caso em apreço, bem como em Torre de Palma, a presença, em particular, do veado, pode considerar-se como resultante de actividade lúdica, ligada ao próprio estatuto senhorial dos respectivos proprietários e seus convidados, sem esquecer o papel tradicional que a caça, em meios rurais da Lusitânia detinha, como elemento integrante da dieta alimentar, propiciada certamente pela existência de biótopos favoráveis. Com efeito, até aos alvares da Baixa Idade Média, regiões do Sul do País, hoje escassamente arborizadas, eram cobertas de densas florestas mistas de *Quercus*, propiciando a abundância de veados e de javalis, como se verificou no estudo dos restos do castelo muçulmano de Mesas do Castelinho, Almodôvar (Cardoso, 1995). A caça assumiria, pois, na elite da sociedade provincial da Lusitânia romana, a expressão de actividade ligada ao exercício do próprio poder, ao mesmo tempo que propiciava o abastecimento da mesa em produtos gastronómicos com tradição local e muito apreciados. Aliás, esta interpretação tem suporte em outras evidências alimentares, como sejam os moluscos consumidos, aspecto que será seguidamente abordado.

Montinho das Laranjeiras (Alcoutim): esta *uilla* situada sobre a margem direita do Guadiana proporcionou ao seu explorador alguns restos faunísticos, os quais, ao contrário do que era e foi por muitos anos usual em estações romanas, não deixaram de ser valorizados (Veiga, 1891, p. 593). Com efeito, as referências de Estácio da Veiga sobre o conjunto por si obtido, constituem, a par de outras curtas menções sobre os restos recolhidos em outras estações romanas algarvias, contidas na mesma obra (p. 594), as primeiras observações relativas a faunas de contextos romanos do território português. O autor refere a presença de boi doméstico, veado, ovelha, cabra e javali, embora se considere insuficiente o critério que presidiu à separação dos escassos restos de cabra dos de ovelha.

3.2.2. Distribuição por segmentos anatómicos

No Quadro 1 apresenta-se a distribuição global das espécies identificadas, por segmentos anatómicos:

Quadro 1. Quinta das Longas. Distribuição das espécies identificadas por segmentos anatómicos.

Espécie/n.º de restos	Crânio	Mandíbula	Dentes	Vértebras	Costelas	Omoiplatas	Coxal	Húmero	Cúbito	Rádio
1. Bovidae										
<i>Bos taurus</i>		8	11			1		2	2	
2. <i>Ovis/Capra</i>										
		1	25	2	3		12	22		9
3. Suidae										
<i>Sus</i> sp.			1			1				
<i>Sus scrofa</i>		1	3						2	2
<i>Sus domesticus</i>	1	6	48			7	2	5	8	6
4. Cervidae										
<i>Cervus elaphus</i>			3				2		2	
Cf. <i>Dama dama</i>										
5. Canidae										
<i>Canis familiaris</i>			2							
6. Leporidae										
<i>Lepus</i> sp.		1	1			1	1	7	4	
<i>Oryctolagus cuniculus</i>		24		2		8	7	13	7	3
7. Hominidae										
<i>Homo sapiens</i>	15	3	4		3 (?)			4	3	1

Espécie/n.º de restos	Fémur	Tíbia	Calcâneo ou astrágalo*	Metacárpicos	Metatársicos	Metápodos ind.	Falanges	Diversos	Total
1. Bovidae									
<i>Bos taurus</i>	1						3		28
2. <i>Ovis/Capra</i>									
	4	16	3		7	3	17	3	127
3. Suidae									
<i>Sus</i> sp.							1		3
<i>Sus scrofa</i>		1	1			1			11
<i>Sus domesticus</i>		11	2 2*	2			8		108
4. Cervidae									
<i>Cervus elaphus</i>							26		33
Cf. <i>Dama dama</i>							6		6
5. Canidae									
<i>Canis familiaris</i>									2
6. Leporidae									
<i>Lepus</i> sp.	2	4							21
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	12	11							87
7. Hominidae									
<i>Homo sapiens</i>		1	1*				2	5	42

Bos taurus

A distribuição dos segmentos anatómicos sugere que o esquartejamento era efectuado na área da *villa urbana*; de outra forma seria difícil de explicar a ocorrência de elementos com fraco interesse alimentar, designadamente as porções de mandíbula e os dentes jugais; a heterogeneidade dos restantes elementos sugere, também, tal conclusão.

Cervus elaphus/Dama dama

Verificou-se nítido predomínio das extremidades dos membros, ascendendo a 30 as falanges recolhidas, contrastando com os elementos oriundos de outros sectores da carcaça; apenas um dente jugal, duas porções de cúbito e dois fragmentos de coxais. Esta realidade é, tal como a anterior, compatível com o desmembramento das peças de caça na área habitada; só assim se explica a presença de ossos correspondentes a segmentos com tão escasso valor alimentar, aliás predominantes.

Lepus sp./*Oryctolagus cuniculus*

Na condição de serem animais caçados (pressuposto extensivo ao coelho), não se justificaria, pelo seu pequeno porte, o desmembramento no campo: essa conclusão é indicada pela ocorrência proporcional das diversas partes do esqueleto.

Ovis aries/*Capra hircus*

Partes de escasso interesse alimentar, como as mandíbulas, encontram-se sub-representadas, ao contrário do verificado no conjunto dos grandes bóvidos. Talvez fosse efectuada selecção no local do abate, muito embora se encontrem presentes porções anatómicas da generalidade do esqueleto, indicando que o esquartejamento e ulterior consumo eram feitos localmente.

Sus domesticus

A ocorrência de elementos cranianos, de fraco interesse anatómico, a par da representação homogénea de elementos pertencentes a diversos sectores do esqueleto, indica esquartejamento e consumo locais.

Sus scrofa

As conclusões indicadas para a forma doméstica aplicam-se à selvagem, como indica a ocorrência de um elemento dentário. É interessante verificar que, dos doze exemplares que se lhe atribuíram, apenas um provém da U.E. [52].

No conjunto das espécies identificadas, verifica-se que se encontram presentes elementos da generalidade dos sectores do esqueleto, salvaguardando, naturalmente, os conjuntos que, pela fraca representação numérica, se encontram desfalcados de muitos daqueles elementos. Deste modo, pode concluir-se que o respectivo esquartejamento era feito a partir de carcaças inteiras – fossem de animais domésticos ou selvagens – em dependência próxima, integrada na *pars urbana* da *uilla*.

3.2.3. Distribuição por idades

Na U.E. [26] observaram-se alguns ossos longos, um metacárpico e um calcâneo de porco ou javali (8) e de ovelha/cabra (1) com superfícies articulares ainda não soldadas, denunciando indivíduos juvenis. Acresce a presença de um incisivo lacteal de suídeo. É sabida a preferência por leitões e porcos juvenis, dado possuírem carne mais gostosa, por ser mais gordurosa e menos seca; como se vê, tal preferência era já uma realidade na época romana, constituindo evidência do desafogo económico em que viviam os habitantes da *pars urbana* da *uilla* da Quinta das Longas.

Esta realidade encontra-se reforçada através do espólio osteológico proveniente da U.E. [52]. Com efeito, de porco/javali reconheceram-se quinze elementos, entre ossos longos, um metacárpico, uma falange, três germes de dentes jugais definitivos e três dentes lacteais, a que se somam outros dez elementos juvenis pertencentes a ovelha/cabra, todos de ossos longos, com excepção de um terceiro molar inferior, de subadulto, ainda embutido no respectivo alvéolo mandibular. A presença de juvenis destas duas espécies, configura o uso culinário em ensopados (cabrito e borrego), aliás indicado pelo padrão das marcas de corte, adiante referidas.

Além das espécies citadas, é também frequente a observação de ossos longos de coelho/lebre com falta das epífises das extremidades articulares, o que indicia a sua captura ainda antes das crias terem atingido o seu tamanho óptimo.

3.2.4. Marcas de corte e outras

As marcas de corte relacionam-se essencialmente com as acções relacionadas com o esquarteramento das carcaças (por cutelo, através de golpe violento, ou corte por faca, através de movimento de vaivém), que seccionaram total ou parcialmente as peças ósseas; e ainda com o consumo das peças de carne, depois de cozinhadas, correspondentes a finas incisões lineares, na superfície dos ossos (cortes por faca).

No caso em apreço, umas e outras das referidas marcas observaram-se sobretudo em exemplares da U.E. [52], por ser dali que provém a maioria do espólio estudado.

Porco: observaram-se três omoplatas com marcas de corte, produzindo seccionamento, por facão ou cutelo, numa tíbia e em metacárpico;

Veado: marcas de serragem observaram-se apenas em um metatársico;

Boi: uma segunda falange de boi foi seccionada por cutelo; esta acção pode relacionar-se com o aproveitamento culinário das extremidades articulares (como acontece actualmente), ou resultar do aproveitamento das peles, como é defendido por MacKinnon (1999/2000), a propósito de marcas por ele observadas em falanges de boi da *uilla* de Torre de Palma;

Ovelha/cabra: é o grupo que ostenta mais marcas de corte, quer por cutelo, quer por facão, em movimento de vaivém, originando superfície serrada. Observaram-se em dois húmeros (um cortado por cutelo, outro serrado por facão), em rádio e em tíbia (com marcas de corte por faca). Estas marcas relacionam-se com o aproveitamento culinário, em cozidos, ou ensopados, muito embora esta não tenha sido a única maneira de consumo de cabras e ovelhas.

Com efeito, dois fragmentos de ossos mandibulares e um metatársico ostentam a superfície escurecida por incarbonização, indicando o recurso a grelhados no carvão, de peças inteiras, incluindo as respectivas cabeças (aproveitamento da “mioleira”?).

4. A fauna de moluscos

As duas U.E. em estudo (26 e 52), continham restos de moluscos de águas salgadas. A presença de valvas de *Ostrea* sp. é quase absoluta; quando susceptíveis de identificação específica, é a espécie *Ostrea edulis* a representada, com apenas uma excepção. No conjunto, a fauna malacológica apresenta a seguinte distribuição:

Ostrea edulis – 353 ex.

Cf. *Crassostrea angulata* – 1 ex. (devido ao seu contorno alongado)

Venerupis decussata – 2 ex.

Thais haemastoma – 7 ex.

Outras U.E. deram fragmentos de:

Callista chione – 1 ex. (U.E. [11]);

Acanthocardia sp. – 1 ex. (U.E. [12]).

Trata-se de espécies características de zonas estuarinas ou de praias arenosas perto de estuários (caso de *Ostrea* sp. e de *Venerupis decussata*), ou de litoral atlântico rochoso (caso de *Thais haemastoma*).

Importa assinalar que um exemplar de *Ostrea edulis*, da U. E. [48] (não contabilizada), se encontra fixada a fragmento de xisto anguloso, correspondente ao substrato do leito flúvio-mari-

nho onde o exemplar foi recolhido. Da mesma forma, da U.E. [52], provêm onze exemplares da referida espécie fixados e elementos líticos com as seguintes características:

- quartzo: três elementos angulosos;
- grauvaque: quatro fragmentos angulosos a sub-rolados;
- xisto luzente: quatro fragmentos angulosos a sub-rolados.

Importa, pois, discutir com maior detalhe a questão da origem destes moluscos, especialmente das ostras, que eram consumidas com abundância na *uilla* da Quinta das Longas; trata-se, aliás, de situação também observada na *uilla* de Torre de Palma, onde as ostras atingem 1% das espécies presentes (MacKinnon, 1999/2000), pelo que é lícito admitir abastecimento regular e permanente destes latifúndios do Alto Alentejo em marisco fresco, recolhido em algum dos grandes estuários do litoral.

Posta a questão nestes termos, três origens se afiguram possíveis: trata-se dos estuários do Tejo e do Sado, no litoral ocidental; e o do Guadiana no litoral algarvio. Porém, o cortejo petrográfico acima indicado só é consentâneo com as características geológicas do leito do baixo Guadiana e do seu estuário, afigurando-se é incompatível com as rochas existentes nos leitos do baixo Tejo ou do baixo Sado, ou nos respectivos estuários.

Em alternativa, poderia admitir-se uma origem em qualquer dos estuários dos dois rios, em zona onde o substrato estivesse atapetado de lastros descarregados pelos navios oriundos de outras regiões. Com efeito, em época medieval é bem conhecida tal prática, claramente registada nos estuários do Tejo e do Sado, decorrente do comércio de sal com o norte da Europa; é isso que explica a ocorrência de abundantes nódulos de sílex negro, da Bretanha e Ilhas Britânicas, desconhecidos no território português (Ferreira, 1967). Porém, seria abusivo alargar tal realidade à época romana, até porque então os navios de alto mar eram accionados por remadores, sendo o vento apenas complementar, como força motriz.

Pode, assim, concluir-se que a hipótese mais provável, no caso da Quinta das Longas, corresponda, algo paradoxalmente, àquela que evidencia, aparentemente, maiores dificuldades de transporte, seja pela maior distância, seja pelo traçado mais difícil das possíveis vias terrestres utilizadas.

A hipótese de a importação de ostras se fazer a partir do estuário do Sado, utilizando a via meridional que ligava o litoral à capital da província, Mérida, passando por Alcácer do Sal e Évora, seria preferível à alternativa setentrional, que partiria do Tejo, defronte a Santarém, passando pela ponte da ribeira de Seda (Mantas, 1993), porque a primeira teria a preferência na época baixo-imperial a que corresponde a formação do depósito arqueológico em apreço (Almeida e Carvalho, no prelo). De qualquer modo, uma ou outra destas hipóteses, pela facilidade de deslocação em terreno regular, facilmente circulável, seria à primeira vista preferível à hipótese da proveniência do Guadiana. Acresce que no espólio anfórico da Quinta das Longas as produções béticas destinadas ao transporte de preparados de peixe serem claramente residuais face às produções lusitanas (Almeida e Carvalho, no prelo). No entanto, os autores citados salientam o facto de apenas dois dos exemplares destinados ao transporte de preparados de peixe do litoral atlântico da Lusitânia (forma Dressel 14) se situarem seguramente ou no Tejo (Porto dos Cacos, Alcochete), ou no Sado (Herdade do Pinheiro, Grândola); do ponto de vista geoquímico, os restantes exemplares pertencentes àquela forma, formam “um grupo homogéneo diferente de qualquer um dos centros produtores analisados”, não sendo possível ainda saber a que centro produtor pertencerão os exemplares da Quinta das Longas. Como mera hipótese de trabalho, seria tentador corresponder tal centro à região algarvia, recorrendo à via comercial utilizada para o transporte das ostras. Importa, assim, discutir o respectivo traçado no terreno.

Partindo do estuário do Guadiana, subir-se-ia este rio até Mértola; daqui, tomar-se-ia caminho terrestre, até Beja, e daqui até Évora, a partir de cuja cidade se utilizaria a via meridional acima referida, para Mérida, a qual passa perto da Quinta das Longas (Alarcão, 1988; Mantas, 1993).

Sem dúvida que tão longo trajecto, de cerca de 300 km (na alternativa do Sado ou do Tejo a distância, embora menor, ultrapassava, ainda assim, os 200 km), implicava técnicas de conservação dos moluscos, as quais teriam de ser forçosamente adoptadas, dada a grande sensibilidade destes à alteração provocada pelo calor. Deste modo, é admissível que fossem transportados em barricas, com água salgada e fortemente protegidas do sol, mantendo-se a temperatura o mais baixa possível por frequentes molhagens dos invólucros vegetais, que revestiam aqueles recipientes. Seja como for, a assinalável presença de ostra e de púrpuras constitui um importante indicador da intensidade da circulação territorial transregional no período baixo-imperial, de carácter constante e regular, entre os grandes senhorios dos confins orientais da Lusitânia transtagana e o litoral atlântico. A sua presença constitui, ainda, uma prova directa da requintada alimentação dos abastados proprietários destes domínios rurais, não poupando recursos na sua obtenção, com os quais brindavam, em requintados festins, os seus convidados.

5. A avifauna

A escavação da lixeira da Quinta das Longas proporcionou a recolha de assinalável conjunto de restos de aves. A distribuição dos segmentos anatómicos identificados, por espécies, apresenta-se no Quadro 2.

Quadro 2. Quinta das Longas. Avifauna: distribuição dos segmentos anatómicos pelas espécies identificadas.								
	<i>Galus domesticus</i>	<i>Alectoris rufa</i>	cf. <i>Lagopus lagopus</i>	<i>Anser</i> sp.	cf. <i>Perdix perdix</i>	cf. <i>Francolinus francolinus</i>	cf. <i>Tetrao tetrix</i>	<i>Columba livia</i>
Escápula distal	1	0	0	1	0	0	0	0
Coracóide completo	2	5	0	1	0	0	0	0
Coracóide proximal	4	0	0	0	0	0	0	1
Húmero completo	2	2	0	0	0	0	0	0
Húmero proximal	0	0	1	0	0	1	0	0
Húmero distal	1	6	0	0	0	0	0	0
Rádio completo	3	2	0	0	3	0	0	0
Rádio proximal	0	0	1	0	0	0	0	0
Rádio distal	0	1	0	2	0	0	0	0
Ulna completo	0	1	2	0	0	0	0	0
Ulna proximal	3	2	0	0	0	0	0	0
Ulna distal	4	2	0	0	0	0	0	0
Carpo-Metacarpo completo	6	1	0	0	0	0	0	0
Carpo-Metacarpo proximal	0	0	0	0	0	0	0	0
Carpo-Metacarpo distal	1	0	0	0	0	0	0	0
Fémur completo	2	0	0	0	0	0	0	0
Fémur proximal	2	1	1	0	0	0	0	0
Fémur distal	3	2	0	1	0	0	0	0
Tíbio-Tarso completo	0	0	0	0	0	0	0	0
Tíbio-Tarso proximal	2	2	0	0	0	0	0	0
Tíbio-Tarso distal	2	11	0	1	1	0	1	0
Tarso-Metatarso completo	2	2	0	0	0	0	0	0
Tarso-Metatarso proximal	0	0	0	0	0	0	0	0
Tarso-Metatarso distal	1	0	0	0	0	0	0	0
Total	41	40	5	6	4	1	1	1

No conjunto, o grupo mais abundante é o dos exemplares pertencentes ao galo doméstico, *Galus domesticus* (41 ex.), seguido dos pertencentes a perdiz-vermelha, com 40 ex. 29 peças não identificadas ao nível específico pertencem à ordem dos Galliformes, correspondendo, em geral, a exemplares juvenis. Aquela Ordem que inclui, além daquelas duas espécies, restos cuja morfologia confere com o francolim-escuro (cf. *Francolinus francolinus*), representado por 2 ex., o lagopruivo (cf. *Lagopus lagopus*), com 6 ex., o tetraz-lira (cf. *Tetrao tetrrix*), com 1 ex., e a charrela (cf. *Perdix perdix*), com 4 ex. Trata-se de espécies que não ocorrem presentemente em território português; a sua presença, nuns casos pode explicar-se por importação, na época romana, como animais exóticos domésticos, com ou sem interesse alimentar, como o dromedário (Cardoso, 1992); noutros casos, a ausência será a consequência de regressão da sua distribuição: é o caso da charrela, conhecida tanto no Mediterrâneo como no norte da Península Ibérica.

Estes resultados permitem, pela primeira vez, obter uma apreciação das aves consumidas num grande latifúndio romano da Lusitânia; como seria de esperar, galinhas e galos dominam o espectro doméstico, do qual faziam parte também os gansos (*Anser* sp., com 6 ex.); é interessante notar a ausência de pato, que se pode explicar por se tratar de região seca, desprovida de zonas húmidas naturais nas imediações. O pombo-das-rochas (*Columba livia*), apenas representado por 1 ex., tanto podia ser caçado como doméstico.

As espécies caçadas são dominadas, como seria de esperar, pela perdiz-vermelha. Como se referiu, a penúria de estudos da avifauna de contextos romanos dificulta o estabelecimento de comparações: em Torre de Palma, apenas se assinala, sem se entrar em pormenores, a importância do galo (MacKinnon, 1999/2000); enfim, a avifauna da unidade fabril de preparados de peixe da Quinta do Marim, Olhão, não revela, no escasso lote estudado, analogias: das apenas duas espécies identificadas, nenhuma é comum ao conjunto da Quinta das Longas (Antunes e Mourer-Chauviré, 1992).

6. Restos humanos

As U.E. [26] e [52] forneceram diversos ossos humanos, com nítido predomínio da U.E. [26], onde se encontram presentes pelo menos restos de dois indivíduos, como indica a presença de duas porções distais de humero do mesmo lado. Tais restos poderiam corresponder a mortes acidentais, verificadas por abatimento da cobertura do recinto; com efeito a U.E. [26] é constituída por materiais de derrube, podendo daí ter resultado um acidente. Porém, apesar de se encontrarem presentes segmentos anatómicos distribuídos por todas as partes do esqueleto, desde o crânio ao astrágalo (de que se recolheu exemplar na U.E. [52]), a escassez dos mesmos não permite admitir a hipótese de dois mortos sepultados sob a cobertura do recinto. Com efeito, na U.E. [26] recolheram-se apenas 3 dentes, número manifestamente insuficiente para justificar a presença de dois indivíduos; da mesma forma, metápodos e falanges quase não ocorrem: apenas uma extremidade distal de metápodo e uma segunda falange; na U. E. [52] recolheu-se, apenas, uma primeira falange e um molar, entre as peças de menores dimensões. Esta ausência não pode imputar-se aos métodos de escavação seguidos; deste modo, aquele facto, somado ao estado fragmentário dos restantes elementos do esqueleto (calote craniana, costelas e ossos longos) leva a admitir a possibilidade de os restos humanos encontrados serem mais antigos, tendo sido despejados para a lixeira aquando da formação desta, ou jazerem sob a mesma; esta hipótese é sublinhada pela ocorrência de materiais arqueológicos do século I d.C.

7. Conclusões

O estudo dos restos arqueológicos e arqueozoológicos das U.E. [26] e [52], correspondentes, respectivamente, ao derrube da estrutura de cobertura da lixeira tardo-romana da *villa* da Quinta das Longas e à formação desta, permitiu identificar o tipo de alimentação dos habitantes da *pars urbana* daquela propriedade. Assim, cerca de 60% da carne consumida provinha, por ordem de importância decrescente, do abate de porcos domésticos e de grandes bovídeos. É de destacar a importância da caça ao veado, viabilizada, certamente, pela abundância da espécie na região, que ocupa o terceiro lugar em termos de carne consumida. Só depois surge a ovelha/cabra e, finalmente, o javali, o gamo, o coelho e a lebre. O cão (útil na guarda do latifúndio e no acompanhamento dos rebanhos), é residual; de gato doméstico, recolheu-se apenas um rádio.

No quadro descrito, importa salientar a dominância do porco doméstico, um dos animais predilectos na gastronomia dos Romanos — aliás verificada também na vizinha *villa* de Torre de Palma — criado em montado, enquanto os bovídeos seriam aproveitados, sobretudo, para a produção do leite e como força motriz, tanto em arados como em carros, facto aliás sugerido, pela ausência de restos de cavalo (residual em Torre de Palma). Merece, igualmente, destaque, a escassez relativa do grupo dos ovinos/caprinos, reforçando a ideia de uma produção destinada exclusivamente ao consumo doméstico dos habitantes do latifúndio. Os escassos efectivos contrariam uma produção intensiva destes animais, que seriam apascentados ao longo de tudo o ano nos terrenos da propriedade e se destinariam, essencialmente, à produção de leite e de lã. A carne era aproveitada sobretudo de animais juvenis, o que atesta o desfogo económico dos habitantes. Aliás, o seu alto estatuto económico é sublinhado pela assinalável presença de valvas de ostra: é fácil imaginar os custos da importação de moluscos frescos do litoral atlântico, acompanhados de preparados de peixe, com a mesma origem, envasados em ânforas.

A alimentação de origem animal seria acompanhada do consumo de aves domésticas, com destaque para o galo, logo seguido do ganso; entre as espécies caçadas, a mais abundante é a perdiz-vermelha; mas ocorrem outros galiformes, em quantidades diminutas, que actualmente não fazem parte da avifauna do território português. A sua ocorrência poderá explicar-se, sobretudo, por importação e criação doméstica, dado o sabido gosto dos Romanos por animais exóticos, mesmo que com fins não alimentares. A ausência de pato, espécie que no estado selvagem é bom indicador de zonas húmidas, é compatível com a *secura* que, já então, embora talvez de forma menos pronunciada, caracterizada aquela região do Alto Alentejo oriental.

Em suma, o presente trabalho, dedicado ao estudo de conjunto doméstico selado e bem datado quer por critérios estratigráficos, quer pelos materiais arqueológicos acompanhantes, forneceu elementos de inequívoco interesse para o conhecimento das bases alimentares e, por extensão, da economia da comunidade tardo-romana sedeadas na *pars urbana* da *villa* da Quinta das Longas, correspondendo à elite económico-política, por certo estreitamente relacionada com a elite político-administrativa da vizinha capital da Lusitânia.

Agradecimentos

Agradece-se a António Carvalho a confiança depositada em um de nós (J. L. C.), ao ter confiado, para estudo, os restos faunísticos ora publicados, bem como as indicações fornecidas sobre o contexto arqueológico, arquitectónico e cronológico-estratigráfico e respectiva bibliografia. Cumpre, também, agradecer (J. L. C.) a Maria José Almeida que, numa fase precoce da preparação deste estudo

(no já longínquo ano de 1997...) se disponibilizou a organizar base de dados relativa ao inventário de todos os grandes mamíferos recolhidos, a qual se revelou útil à preparação do presente estudo.

Agradecimentos análogos se apresentam (C. D.) aos responsáveis do Laboratório de Arqueozologia do Instituto Português de Arqueologia ao terem apoiado a determinação, naquelas instalações, da avifauna da Quinta das Longas.

NOTAS

- ¹ A classificação das aves deve-se à segunda signatária. A parte restante do trabalho é da responsabilidade do primeiro autor. E-mail: arqueolo@univ-ab.pt.
Trabalho parcialmente realizado ao abrigo do Projecto FCT - POCTI/HAR/36379/99-00.
- ² Agregado em Pré-História. Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). ³ Bolseira de doutoramento (FCT), sob orientação do primeiro signatário.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1988) - *Roman Portugal. 1 - Introduction*. Warminster: Aris and Philips Ltd.
- ALMADA, V. d' (1883) - Apontamentos para a crónica da cidade de Elvas, III: vestígios da dominação romana - aditamento. *O Elvense*. Elvas. 19:231, p.1, cols. 2-4.
- ALMEIDA, M. J.; CARVALHO, A. (2005) - *Villa romana da Quinta das Longas (Elvas, Portugal): a lixeira baixo-imperial*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 299-368.
- ALMEIDA, M. J.; CARVALHO, A. (no prelo) - Vias e circulação de produtos no SW do *conuentus emeritensis*: o exemplo da Quinta das Longas Elvas, Portugal). In *Actas da V Mesa Redonda sobre a Lusitânia Romana*. (Cáceres, Novembro de 2002).
- ANTUNES, M. T. (1991) - Restos de animais no castelo de Silves (séculos VIII-X). Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico. *Estudos Orientais*. Lisboa. 2, p. 41-74.
- ANTUNES, M. T.; MOURER-CHAUVIRÉ, C. (1992) - The Roman site (2nd to 5th centuries A.D.) at Quinta do Marim near Olhão (Algarve, Portugal): vertebrate faunas. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 375-382.
- CARDOSO, J. L. (1989) - Le daim dans le Pléistocène du Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 75, p. 111-118.
- CARDOSO, J. L. (1992) - Um camélideo de Conímbriga. *Conímbriga*. Coimbra. 31, p. 181-187.
- CARDOSO, J. L. (1993) - Restos de grandes mamíferos da ilha do Pessegueiro. Contribuição para o conhecimento da alimentação na época romana. In SILVA, C. T.; SOARES, J., eds. - *Ilha do Pessegueiro: porto romano da costa alentejana*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- CARDOSO, J. L. (1995) - Os mamíferos no quotidiano romano. Algumas reflexões a propósito dos restos de Conímbriga. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 299-313.
- CARVALHO, A. (1992) - A *uilla* romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas). *Al-madan*. Almada. IIª Série. 1, p. 90.
- CARVALHO, A. (1994) - A *uilla* romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): As prospecções de 1990. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 2, p. 239-251.
- CARVALHO, A.; ALMEIDA, M. J. (1999/2000) - A *uilla* romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): Uma década de trabalhos arqueológicos (1991-2001). *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*. Lisboa. Nova Série. 13-14, p. 13-37.
- CARVALHO, A.; ALMEIDA, M. J. (2003) - A água e o mármore na *uilla* romana baixo-imperial da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas). *Elvas-Caia. Revista Internacional de Cultura e Ciência*. Elvas. 1, p. 113-126.
- CARVALHO, A.; ALMEIDA, M. J.; NOGALES BASARRATE, T. (no prelo) - El programa decorativo de la Quinta das Longas (Elvas, Portugal): modelo excepcional de las *uillae* de la Lusitânia. In *Actas da IV Reunião Sobre Escultura Romana da Hispânia*. (Lisboa/Cascais, 7 a 9 de Fevereiro de 2002).
- FERREIRA, F. B. (1967) - O Paleolítico da Tróia de Setúbal. Novos elementos. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 77:1-2, p. 35-38.
- MACKINNON, M. (1999/2000) - O papel dos animais na economia rural da Lusitânia romana: zooarqueologia de Torre de Palma. *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*. Lisboa. 13/14, p. 129-140.
- MANTAS, V. G. (1993) - A rede viária no actual território português. In MEDINA, J., ed. - *História de Portugal*. 2 (O mundo luso-romano). Amadora: Ediclube, p. 213-230.
- PESSOA, M. (2004) - *Espaço-Museu Villa Romana do Rabaçal: Catálogo*. Penela: Câmara Municipal, p. 155-161.
- PIRES, A. T. (1901) - Catálogo do Museu Archeologico de Elvas. *O Archeologo Português*. Lisboa. 6:8-12, p. 217-224.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1887) - *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. 2. Lisboa: Imprensa Nacional.